

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assinatura	Anno De n.º	Semest. 18 n.ºs	Trim. 9 n.ºs	N.º & entree	24.º Anno — XXIV Volume — N.º 824	Redacção — Atelier de gravura — Administração <i>Lisboa, L. do Paço Novo, entrada pela T. do Convento da Janela, 4</i> OFFICINA DE IMPRESSÃO — RUA DO LOQUEIRO, 25 A 29
Portugal (franco de porte, m. forte)	58000	18000	8000	4120	20 DE NOVEMBRO DE 1901	Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos a administração da Empresa do Occidente, sem o que não serão atendidos. — Editor responsável: Cassiano Alberto da Silva.
Possessões ultramarinas (idem)...	42000	20000	8000	4120		
Estrang. (união geral dos correios)	58000	20000	8000	4120		



O ACTOR JOÃO ROSA

João, como lhe chamam todos os que frequentam palcos. É filho do grande Rosa, do Rosa velho, do pae Rosa, como chamavam ao Rosa pae. D'elle herdou o nome glorioso, d'elle seguiu as gloriosas pisadas.

É uma das mais bellas figuras do theatro portuguez moderno, uma das mais sympathicas, artista d'alma e coração.

Faz um galan, como se tivesse vinte e cinco annos — veja-se a *Zara* — faz um velho, como se naturalmente já a cabeça lhe fosse toda coberta pelas neves — veja-se a magnifica galeria d'esses esplendidos velhos que tem criado, desde o abbade Constantino.

Exinio nos característicos, superior nos centros dramaticos, d'uma grande sobriedade artistica, revela-se actor de primeira grandeza, quando os papeis exigem grande naturalidade, bonhomia, sobriedade nos effeitos.

Depois de haver, com seu irmão Augusto e o actor Brazão, dirigido durante uns dezoito annos o theatro de D. Maria, por elles collocado á altura de primeiro theatro, representa agora, ao lado dos companheiros, no theatro D. Amelia. A forma de exploração é outra, differente o repertorio e muito mais vasto, differente a platéa; mas João Rosa continua no caminho desde ha muito traçado, pondo sempre ao serviço da personagem que

tem de representar, dotes naturaes, estudo assiduo, vastos conhecimentos que tem da sua arte.

Estimadissimo pelos companheiros que o respeitam, seu conselho é sempre considerado de alto valor; estimadissimo por quantos o conhecem é para todos um prazer applaudil-o.

Assim foi sempre e assim será por muitos annos, que João Rosa ainda não teve um esmorecimento, nem deixou de ter fé na arte, a que se dedicou com tanto afiço e amor.



CHRONICA OCCIDENTAL

Faz hoje um anno, nas columnas d'este jornal, contava eu a morte d'um querido amigo, um dos maiores artistas da nossa geração. Vira-o expirar, ouvira os soluços da inconsolavel viuva e das filhinhas que elle tanto estremeia.

Foi no dia 17 o primeiro anniversario do fallecimento de Cyriaco de Cardoso.

A piedade de Affonso Taveira, empresario do theatro do Principe Real no Porto, inspirou-a a transportar para o cemiterio do Repouso o cadaver do amigo querido.

Ao cemiterio dos Prazeres o foram buscar no dia 16. Que dia triste foi esse! Dia de inverno, escuro e chuvoso.

Doente em casa, ha quinze dias, não pude cumprir o que seria consolação triste para o meu coração, que acompanhou toda a triste cerimonia.

Ali descansava o Cyriaco, não muito longe do túmulo onde, ha seis annos, levámos o cadaver do Gervasio, n'aquella encosta que olha para a barra do Tejo e que o sol poente tingia de cores tão melancolicas.

Mas a cidade do Porto tinha direito a guardar as cinzas d'aquelle que foi de seus filhos mais illustres, tinham direito a leval-o para longe de nós a que foi sua esposa dedicada, suas filhas queridissimas, os seus companheiros de trabalho que tão gratos se lhe mostraram.

Foi para mim um dia de grandes saudades; mas consolava-me a ideia de que ha ainda n'este mundo, quasi sempre tão máo, corações bons, generosos, almas que sentem profundamente.

Foi grande a obra de Cyriaco de Cardoso, grande e sympathica, revelando, não só o seu formidavel talento, mas, quanta vez, a sua extraordinaria, requintada sensibilidade.

D'um bello e sentido artigo do *Jornal de Noticias*, publicado no Porto na manhã do dia 17, copiamos estas phrases que nos parecem justissimas: — «Como era completamente avesso ás aguradas da politica, ás paixões que separam os homens, aos interesses que os amesquinham nas competencias sociais, Cyriaco foi entre nós a mais pura personalidade da moderna arte, amavel, elegante, espirital e fina. Nas suas partituras, em todos os seus trechos musicaes, a nota que se revela, a melodia que se desvaneca, o canico que se evola em phrases scintillantes são centelhas do seu caracter, notificações suaves do seu suave espirito, equilibrando-se entre a graça e a bondade...»

Como o bem verdade, como deve ter conhecido o homem quem assim desfilou o artista, um dos mais finos espíritos, um dos mais ternos corações, que tenham fulgido n'estes últimos tempos em Portugal, que tenham trazido um bocadinho de calor ao meio frio e hostil em que a arte entre nós se desenvolve.

Querido Cyriaco! Foi bom e porque foi bom, leve amigos. Bem lho provaram agora. Não ficaram ao abandono a viúva e filhas, cuja presença no enterro encheu a todos os olhos de lágrimas. E ler o que se passou no Porto á chegada do cadáver, que bellos artigos inspirados todos os jornais escreveram. Merecia o grande músico pela sua arte; mas não se tratava apenas d'uma apothese que se faz com palmas e discursos: aquella lex se com lagrimas sentidíssimas.

Quando o corpo entrou na igreja, a grande orquestra, dirigida por Nicolino Milano, executou uma symphonia pelo berdeiro da batata de Cyriaco composta sobre os motivos mais populares da obra do fallecido. Cheias de caracter religioso, n'aquelle local immenso da igreja dos Congregados, apinhada até á porta, n'aquelle momento em que sob a abóbada do templo de Deus descansava Cyriaco que foi um erento, aquellas notas, que ao mesmo tempo recordavam o vivo e nos falavam da sua morte, encheram de soluços o templo, de saudades a voarem para uma luz desaparecida, talvez hoje brilhando mais viva, mas em regiões tão longe, tão longe...

Seguiu-se á risca o programma. Cantaram discipulos e discípulas d'elle, de certo com muitas lagrimas na voz. Assim sobem mais alto as preces.

O cortejo que acompanhou Cyriaco ao cemiterio do Repouso foi imponentissimo. As ruas estavam cheias de gente, muitas janellas amadas de negro, muitas bandeiras a trela horta, cerradas as portas dos estabelecimentos.

Fallaram junto da sepultura Julio Gama em nome da Associação dos Jornalistas e Honens de Letras do Porto, Firmino Perelra, em nome dos jornalistas portuezes.

Por onde passou o caixão, todos se descobriam respeitosos e olhavam entrecidos para aquellas duas pequeninas que o arguam e que haviam sido o grande incentivo para o trabalho d'aquelle que foi uma gloria para o Porto, cuja morte foi uma perda para a nagão.

O espectáculo que, em benefício da familia, se realizou á noite no theatro do Principe Real perante uma casa completamente cheia, conatou da 300.^a representação do *Alf. ... á preta* representando seus antigos papeis a actriz Angela Pina, actualmente no Porto.

No intervalo do 2.^o para o 3.^o acto realizou-se a nomeclada apothese á memoria do maestro, que tantos annos regou aquella orchestra, intermezzo em que tomaram parte, além dos artistas da companhia, os actores Taborda e Brazão e as actrizes Rosa Damasceno e Aurelia dos Santos.

Taveira foi chamado ao palco e então todos os artistas que n'elle se achavam cobriram o de flores. O publico poz-se todo de pé, vibrando do enthusiasmo e associou-se com ardor aquella manifestação. Bem o mereceu elle pela honradez do seu trabalho, que tantos amigos lhe tem criado, pela alta nobreza de seu coração de verdadeiro artista.

Devido á sua iniciativa generosa e que Cyriaco finalmente descança na sua terra, n'aquelle cemiterio do Repouso, por cuja porta Cyriaco não passava que não a transpuzesse para ajoelhar um instante sobre a campa do filhinho estremecido. Agora sim, deve de estar mais contente, mais perto do que tanto amou e lhe fugiu, mais perto dos que tanto amou e deixou orphãosinhos na terra.

A apothese não foi apenas feita ao artista, mas ao homem também, que os dois não os sabe separar quem muito de perto os conhece.

Foi além d'isso um portuguez.

Um jornal do Porto compara o a João de Deus.

Muita vez comigo o pensava e n'um pequenino artigo que me pediram em 1898, escrevi estas linhas: — «Cyriaco de Cardoso é um artista eminentemente portuguez, como João de Deus, adivinhando todos os segredos da alma do povo, as suas melancolias duclissimas, certos ideaes vagos, saudades indefinidas. Tudo isso existe na musica de Cyriaco, que sabe com suas notas melhor polir o que de inspiração espontanea sae aspero, rude, anguloso. É um artista lapidario, que se compraz em facelar o cristal iriado que a natureza lhe deu envolto em ganga.»

Copiando estas linhas, como nos entristece lembrar que já feriamos de mudar o tempo a esses versos!

Foi em 1898! Representava-se no theatro da Avenida o *Alf. ... á preta*, com exito enorme.

Como lhe estava a vida correndo bem e como elle andava contente, esperançado no futuro, nada temeroso ainda da doença cujos primeiros symptomas appareciam!

Viamol-o sempre com as duas filhinhas, a Mimi e a Piedade, tão lindas, tão alegres de serem filhas de tal pai!

Lá iam no enterro, outro dia, e cabiram sobre o caixão a dar-lhe beijos!

Vida! que vida elle tinha! que amor á sua arte! que projectos sempre!

Como elle dizia: — «A minha opera, que hei de fazer, quando estiver mais descansado!»

Descançou afinal, parou lhe de vez aquelle coração que tanto vibrou!

Mas a obra d'elle vive, viva e viverá, porque elle lhe deu a propria vida.

Trabalhou muito, trabalhou para o pão de cada dia, queimou o cerebro. Mas, quando á sua alma de portuguez ia buscar a melodia sentimental, então era o coração que lhe inspirava as notas ternissimas, que, tanta vez, em meio d'uma farsa, traziam aos olhos a humidade d'uma lagrima.

Abençoado seja o povo da cidade do Porto que soube honrar o seu irmão!

João da Camara.

ESTUDOS ECONOMICOS

Alfandegas

III

As instituições municipaes da idade media, cheias de energia nos seculos XII e XIII, em breve se foram enfraquecendo em pretenção do vigor cada vez maior que tomou o direito Justiniano. Entre nós ao lado dos reis encontra-se quasi sempre grandes romenistas. O trabalho d'esses homens, se foi de grande utilidade nas relações da vida civil, foi todavia altamente nocivo pelo lado politico, porque, resuscitando as tradições imperiaes, creou o poder absoluto. Este, favorecido pelo renascimento das letras gregas e romanas no seculo XV, consolidou-se completamente n'essa epocha em todos os povos. Acquiellado o feudalismo pelas communas e pelas cruzadas, as compilações e leis geraes já poderam estabelecer a unidade politica, levando o pensamento do rei, ou do imperador, do centro ao extremo do imperio. Então tudo se vai uniformizando, e a centralização cresce: a descoberta do Cabo vem dar favor novo a uma nova classe — a dos negociantes; o commercio, porém, depende essencialmente da liberdade, e o poder absoluto, á frente dos negocios, foi a causa da sua decadencia.

Portugal, nesta segunda epocha, dominado pelo direito romano, não pôde furtar-se a esta lei, que a observação phsyologica do corpo social tem evidenciado. Acostumando-se todos a pensar e a dirigir-se pela cabeça d'um só homem, os erros e as paixões da realza foram os erros e as paixões do nosso povo. Beneficiou da descentralização, experiencia practica da vida, a concorrencia de todos os interesses, a liberdade de todas as transacções, emfim a iniciativa individual na sua maior expansão, nada d'isso existio neste segundo periodo de tempo, que abrange tres seculos. O poder absoluto regulou e legislou sobre tudo; e os seus officios foram tanto mais nocivos, quanto, cercado-se da aureola que lhe davam as conquistas, cresceu escudado nas crenças do povo.

D. João I foi o tronco da raça illustre, que cedo se collocou á frente da civilização. Ao impulso que esse rei deu á marinha militar, aos esforços que fez para atrahir o commercio, as relações amigaveis que o nosso paiz estreitou durante o seu governo com Flandres, Brabant e o Hainault (hoje provincias belgas), accresceram em breve os esforços reiterados dos seus descendentes para engrandecer a marinha mercante. A tomada de Ceuta destruiu o ninho, d'onde os corsarios saíam a infestar os mares amedrontando qualquer navegação. Em seguida as descobertas do infante D. Henrique, a volta feliz de Nuno Tristão, os lucros dos descobrimentos depois de 1443, a doação que o papa Martinho V concedera á corôa de Portugal de todas as terras que se descobrissem pelo Oceano desde o cabo Bojador até ás Índias, emfim a perseverança do proprio infante até 1460, tudo concorreu, no meio do entusiasmo pelo vulto da realza, para alargar os limites do nosso commercio. Affonso V seguiu o impulso, continuando os descobrimentos até 1481, restando a D. João II a gloria de consolidar na Africa o imperio portuguez.³

D. Manuel aproveitou-se dos grandes preparativos de D. João II, a quem chamaram o rei dos mercadores; e, mandando ao descobrimento da Índia Vasco da Gama pelo cabo da Boa-Esperança, concorreu ainda para o maior esplendor da nação. Em breve a todas as conquistas accresceu a terra de Sancta Cruz.

As victorias dos portuguezes operaram completa revolução no commercio do Oriente e do mundo. As relações commerciaes da Asia com o Occidente, florescentes enquanto tinham florescido Alexandria, Constantinopla e Caffa estavam agora mortas, mortas tambem essas cidades sob o dominio musulmano. Genovezes, Florentinos e Venezianos eram os unicos que então commerciam com a Asia; mas como as mercadorias, antes de chegar á Europa, passavam pelas mãos dos Arabes, mamelucos e dos italianos, adquiriam valor exorbitante, além de escassearem em todos os mercados. Os portuguezes, atravessando a immensidade dos mares da India e do Atlantico, trouxeram a Lisboa as mercadorias com menores desperas; mudaram é certo o rumo do commercio; mas, acabando com o monopolio egypcio a veneziano, deram grande impulso ao trafego mercantil de Portugal e de toda a Europa.

Em 1521 era Lisboa a grande feira, onde vinham abastecer-se todos os povos. Innumeros navios enchiam a vasta bahia do Tejo; e aconteceu muitas vezes elevarem-se as transacções ao valor de 700.000 cruzadas em um só dia.⁴

Tal foi o resultado das conquistas. Em geral lucrou a civilização pelo descobrimento do novo roteiro para a India, mas em verdade a grandeza de Portugal foi ephemera, porque no systema economico do paiz, e no que foi inaugurado com as colonias, existiam superabundantes causas de ruina e decadencia.

II

No paiz as leis restrictivas, os erros economicos e os abusos da idade-media foram um continuo crescimento a contar do seculo XV. As cortes de 1478 e 1479, fazendo conhecer o estado precario dos agricultores, a ruindade das leis fiscaes, e os abusos reiterados dos prepotentes, mostraram o quadro sombrio, que opana a gloria das conquistas, e evidenciaram o estado miseravel a que tinha chegado a nação. A reforma das leis, que entre nós sempre teve lugar apda as grandes crises e revoluções, era urgente; e a ser conforme ao desejo dos povos, devia pôr cobro a tal estado de cousas. Concedido porém o poder absoluto, essa reforma, feita por Fernão de Pina, só teve em vista cercar as garnizões locais. D'este modo, perdida a feição politica, que lhes tinham dado valor na idade-media, essas cortes são no seculo XVI principalmente pautas complicadas de impostos indirectos. Desde as drogas para medicamentos até palha de bunho, tudo nelles foi taxado; e as novas pautas de 1517 abrangem no cencelha as materias primas, os artefactos, o peixe, o gado, os generos, as fructas, as especiarías, e até em ultimo logar o proprio homem (excravo).⁵

Não esqueceu no trabalho de Fernão de Pina o imposto, percebido na casa da portagem, sobre os homens de fora parte, e já no seculo XVI propriamente se pode chamar a tal instituição alfandega interior; porque, nos foraes das cidades, parographos privativos, o até onde as não havia, os novos foraes de portagem⁶ vieram, pela designação especial dos artigos sobre que recau este imposto, e pelas disposições acerca da sua fiscalização, equiparal-a ás alfandegas exteriores, em que se percebia o imposto sobre o commercio externo.

Comprehendo-se, pela multiplicidade e variedade do imposto indirecto, e ainda pelo aperfeiçoado organismo fiscal garantindo a sua percepção, que no seculo XVI a sorte dos povos não podia melhorar; e até, que a isenção do imposto de alguns objectos de consumo⁷, e o ter sido abolido o direito de passagem⁸, não eram resposta sufficiente ás queixas feitas pelos povos em 1473.

³ A Ilouebot, Portugal et ses colonies, p. 166.

⁴ Dr. A. dos S. P. Jardim, Estudos sobre direito fiscal, p. 151. Vido os foraes manifestados publicos pela camara do Porto, em verificação de 15 de março de 1528, na collecção do lido do 1471 e 1490, de J. P. Ribeiro.

⁵ Ainda não houver Fidal da Fidal do Portugal, a saber: Os lugares da Extremadura baveria a Portugal, da Fidal do Bazarim, e nos mais lugares, que vivem Fidal, neste se largará a Fidal Portugal, quando nelle não existisse parte. 7.^a Mas para a reforma das leis, na Dias. Hist. sobre os foraes, de João Pedro Ribeiro. Vido no Fidal de Coimbra o que se escreveu: Mercadorias que entram por terra arrecadadas com o portageiro.

⁶ Fidal do Porto, e Causas de que se não paga portagem. Esta disposição não se em vigor em todos os foraes decididos a reforma de D. Manuel.

⁷ Fidal de Coimbra, §-Portagem.

⁸ F. Lopes, Chr. de D. João I, supp. III e IV.

⁹ Em 1413 o papa Alexandre VI, na qualidade de vigário de Jesus Christo, dá ainda por uma bolla a Fernando e a Isabel as terras do novo mundo descoberto por Colombo, e traça a linha de demarcação para os portuguezes e espanhóes no Oceano Atlantico.

Velo a reforma fixar os impostos nos conceitos, e cortou pela arbitrariedade dos donatarios e senhores directos; mas, em verdade, o mal só foi deslocado, da nobreza para o rei. Aquella classe, isenta por muito tempo de contribuir para as despesas do estado, continuou a ser classe improductiva, enquanto as contribuições, recahindo sobre o povo, extenuavam as forças do homem de trabalho.¹

Tal era o systema economico, que predominava nos concelhos: não era melhor o que estabeleciam as leis geraes.

O systema prohibitivo vigora nesta epocha, e com maior força ainda do que nas seculas precedentes. As Ordenações de D. Manuel prohibem levar para fóra do reino os gados, trigo, farinha, cevada, milho, ou outro pão de qualquer natureza que seja, nem couros de vacca ou peles de cabra. Para tales providencias dava a lei como razão, não só o querer obviar ao levantamento do preço dos generos, mas o gastarem-se enfim mais mantimentos do que noutro tempo, por causa do descobrimento da India e outras terras e ilhas.²

Tambem era prohibido levar para fóra do reino cavallos, vacas, eguas, e além d'isso armas,³ e do mesmo modo não se podiam vender nas extrangeiras caravelas e navios. Os naturaes não as podiam construir fóra do reino, e era prohibido exportar o panno de velas, e o taboado do costado do navio.⁴

Revogada a Ordenação Philippina todas estas disposições; e, ampliando-as, prohibe além d'isso a exportação dos pannos de lá feitos no reino, a do burel, almofego, lã, pannos de linho, ou de estopa, lileiro, linho um ramo, mel, cera e ceto.⁵

Tales medidas prohibitivas, recahindo exactamente sobre os productos, que entravam como elemento principal nas transacções com os outros povos, restringiam muito o commercio: não se limitava porém a lei a tales prohibições. Nesta epocha os mercadores extrangeiros não podiam vender a retalho pannos ou outras mercadorias,⁶ nem abastecerem-se fóra da cidade de Lisboa e fóra de alguns portos do Algarve.⁷

Podiam, é certo, fóra dos lugares mencionados, comprar por si ou por outros vinhos, fructa e sal, mas em qualquer dos casos deviam carregar esses productos para fóra, e não compral-os para ali os vender ou trocar.⁸

O casamento de D. Manuel com duas infantas de Castella podia estreitar o commercio com o reino vizinho, ou pelo menos prepará-lo para o futuro. Infelizmente não foi assim: os regimentos, leis e providências não abrandaram o rigor restrictivo em attenção á unidade que então sustentavamos com a Hespanha. Prohibidas de entrar pelas alfândegas da rainha as fazendas de Flandres, da Alemanha e da Inglaterra, da Hespanha só podiam vir os pannos de lã, cujo preço não excedesse a 130 réis por vara ou covado, e nem podiam ser vendidos por fora por um preço superior.⁹ Leis do seculo xvii¹⁰, inspiradas de melhores principios, modificaram as restricções que acabamos de esboçar; abriram a rota dos dois reinos á entrada dos carnes, carnes, couros, e outros artigos, sujeitando-os apenas ao direito de 10 %¹¹, e bem assim franquearam, a contar de 1 de janeiro de 1605, os portos secos nos rebanhos e manadas. No tempo dos Philippos, e em attenção ás queixas dos povos nas côrtes de Thonur, mais se libertou o commercio com Castella, porque o fôral da alfândega de Lisboa de 1587 permitiu que entrassem pelos portos de terra pannos finos, cujo preço excedesse a 250 réis o covado ou vara, e todo o genero de a seda, tecidos, e voltas, retrozas, burates, telas, brocados, e todas as mais mercadorias feitas nos ditos reinos de Castella, defensas de por ali entrar pelos regimentos anteriores.¹²

Todavia as medidas vexatorias que acompanhavam tal concessão, annullavam-na em parte, por-

que estas mercadorias, se entravam pelos portos de terra, tinham de ir á cidade de Lisboa, e era obrigado o individuo, que as trazia, a declarar na alfândega d'aquella cidade o porto de terra por onde as queria introduzir, a sua quantidade, e especies diferentes, e até se lhe marcava um prazo, dentro do qual era obrigado a trazel-as.¹³

Esta e outras medidas restrictivas, erguendo por toda a parte obstaculos ao commercio, completavam-se com a peor de todas as prohibições, isto é, a da sahida do numerario.

Nos seculos xv e xvi domina principalmente o systema mercantil; mas já não é o erro d'um só homem, é o erro de todo um povo.¹⁴ Para atrahir e conservar os metaes preciosos, e geralmente o numerario, são innumerables os regimentos e providências, e D. Manuel não cessa de legislar a este respeito.¹⁵ É nesta epocha, mais do que no passado, que recebe novo vigor a lei dos alealdamentos.¹⁶ Dois fins tinha em vista essa lei: impedir que o numerario sahisse do reino, e auferir a maior somma de direitos, visto que os retornos se faziam em mercadorias, que tinham de sair pelas alfândegas. Para que tales disposições não fossem letra morta, já no seculo xviii as alfândegas obedecem a uma tal ou qual centralização, e são completadas pelos alealdes das luras.¹⁷ Pelo regimento de 17 de outubro de 1516, completado pela carta de 3 de agosto de 1563,¹⁸ conhece-se que as alfândegas eram os portos de terra por onde os mercadores podiam entrar ou sair com suas mercadorias, indo ou vindo de Castella. Os mercadores da comarca d'entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes, que iam buscar pannos e mercadorias a Castella, eram obrigados a entrar por Miranda, Bragança, Freixo, e pela alfândega de Valença do Minho. Os da comarca d'entre Tejo e Guadiana, que traziam pannos e mercadorias, entravam por Arronches, Serpa e Elvas; os que traziam marçarias, e couros a que se não punha sello, podiam entrar por Olivença, Mervão e Mourão. Os da comarca da Extremadura entravam pelos portos de todas as quatro comarcas; e as do reino do Algarve pelo porto e nova alfândega de Castro Marim.

Pelos portos designados podiam entrar os mercadores, e por causa dos alealdamentos eram obrigados a sair com os retornos; não o podiam fazer por nenhuns outros lugares, com o risco de perderem os pannos, mercadorias, e as bestas que traziam.¹⁹ Além d'estas alfândegas e d'outras menos importantes por onde podia sair o sal e o pescado, comprehendendo a organização fiscal no seculo xvi e principios do xvii outros institutos devidos ao grande commercio das conquistas. Em Lisboa apparece nos a casa da India, de Gulné e da Mina,²⁰ onde se despachavam os carregamentos d'aquelles procedencias; as casas do Haver do Peso, Marçaria e Herdade, a casa da siza da Fructa, a casa da Portagem, a casa da Carne, e do Paço da Madeira, a da siza do Peixe, e a do Terreiro do Trigo, em que se desimavam os generos e productos vendidos e trocados na cidade.²¹

Pelo Paço da Madeira entravam as madeiras expedidas da Beira, de Galizia, das Asturias, e vigas de castanho, arcus de tancaria, e fructas verdes e secas da Giliza. Os mercadores faziam os retornos em sal na proporção d'um milheiro de sal por vinte de fructa por tonelada de arqueação dos navios. O esparto, os mastros e vergas, as

castanhas, nozes e avelãs, o taboado, os artefactos de pau, como escudadas, escaninhos, cadeiras e mesas, as obras de verga, as pipas e toneis, o curvão de pedra e de cepa, a cortiça, os carros, leitos, bocetas, e outros artigos, pertenciam tambem á jurisdicção d'esta casa fiscal, assim como o pau Brazil, e as madeiras da America portugueza.²²

Nas outras casas fiscaes, depois unidas em uma só repartição com a designação de casa dos cinco, e mais tarde com o de sete casas, despachavam-se não só as fazendas de Portugal e de Castella, ou d'outras naturalidades, conduzidas por terra ou pelo Tejo, mas não entradas pela barra, salvo o linho;²³ mas as que deviam ao fisco portagem, como o vinho, o azeite, as carnes, o pescado, as fructas, o curvão, as lenhas, os escravos, e entre outros artefactos do paiz, os pannos de linho e de lã, os cobertores, as fitas de Lamego, e os chapéos e bacilhas.²⁴

Pelos foraes das alfândegas, e mais regimentos da fazenda, vê-se que os mercadores pagavam no seculo xvi o imposto de 20 %²⁵, sendo 10 de dixima e 10 de siza.²⁶ Verdadeiramente os direitos aduaneiros eram 10 %²⁷ de dixima, como já estava em vigor no seculo xv; mas por diminuir varezas e oppressões, que os rendeiros e officiaes faziam á parte, e ainda para facilitar o grande tracto de negocios do seu tempo, D. Manuel tinha determinado que os pannos e outras mercadorias, declaradas nos artigos dos regimentos, não pagassem, como dantes, siza de cada vez que se comprassem ou vendessem, mas a pagassem uma só vez por entrada.²⁸ Tal systema continuou no seculo xvii, e as mercadorias, avaliadas previamente, segundo a pauta que todos os annos enviava o provedor da alfândega de Lisboa,²⁹ ou segundo o preço dado pelos feitores das alfândegas, sobre declaração dos interessados, solviam os direitos em numerario ou em mercadorias.

O governo, que taxa no interior do paiz certos objectos de consumo vê-se obrigado a taxar na fronteira os objectos semelhantes, mas do procedencia extranha. Sem querer affirmar que este pensamento influísse no systema das alfândegas exteriores, é certo que durante o governo absoluto os direitos seriam sem distincção, á sahida ou á entrada, as mercadorias, os productos fabris, os generos alimenticios, e até os escravos, imitando neste ponto a regra seguida nos foraes dos concelhos.

Nos foraes das alfândegas tambem se encontram as mesmas excepções, que já vimos nos foraes de portagem.

Assim, os mosteiros e pessoas ecclesiasticas, commendadores da ordem do Christo e de S. João, e até alguns fidalgos (por exemplo o duque de Cadaval) não pagavam direitos nas alfândegas das mercadorias, que mandavam vir para uso e provimento de suas casas.³⁰

A regra geral, que apontamos, tambem soffria excepções, porque já n'esta epocha, quer na entrada, quer na sahida, havia mercadorias, que eram isentas completamente de pagar os 20 %³¹ de dixima e siza, e outros que pagavam taxas mais diminuidas. Assim, os deves 5 %³² de dixima, e 5 %³³ de siza, por determinação dos foraes, as sedas de fóra do reino, e os brocados e telas. O pau Brazil e as madeiras da America portugueza davam só metade da siza. A madeira, importada para obras de torneiro, só pagava 5 %³⁴ de siza, e 10 %³⁵ de dixima. As obras de marcenaria, como bronzes dourados, pinturas, prata ou ouro embutidos, sem ornatos, e as obras de esparto, de tannaria, e as arcas encouradas, ou sem couro, pagavam 6 %³⁶ por cento de direitos de exportação. Só pagava dixima o trigo, centeio, milho, cevada, farinhas, legumes e carnes, que vinham da ilha Terceira, da ilha da Madeira e do reino do Algarve. E se vinham de qualquer parte do reino a Lisboa pagavam a portagem.

Eram isentos completamente de direitos o trigo,

¹ Vide cap. LIV, LX, LXI, LXII e seguintes.

² Nos côrtes de Coimbra de 1423 e 1427 representaram os procuradores do povo contra as alfândegas introduzidas na Realização dos alealdamentos, queles nobres de que os extrangeiros compravam os productos do paiz do que diziam, e de que a balança desequilibrada se inclinava todo a favor d'elles, sahindo os metaes preciosos, e crescendo a raridade do commercio, e com elle o preço das coisas. Egores que não ainda apparecem nas côrtes de Évora de 1481-1482, notando-se tambem n'ellas, que a siza do ouro e da prata devia ser attribuida principalmente aos ingleses, e n'ella da miz fiscalização em alealdamentos e retornos. Visconde de Santarém, Documentos para servir de Provas á Parte I das Memórias para a Historia e Theoria das Alfândegas Gerais. Ord. An. liv. 5, tit. 47.

³ Regim. de 17 de outubro de 1516. Coll. dos Regim. reaes, pertencentes á administração da fazenda real, dados á luz por José Roberto Monteiro de Campos, p. 120 (Ord. Manuel, liv. 5, tit. 47, § 4).

⁴ Vide coll. cit., p. 133.

⁵ A Ordenação Manuella, liv. 5, tit. 89 revogada na antiga disposição das Ordenações Affonsinas, relativamente aos alealdes das luras.

⁶ Leis extrangeiras colligidas e relatadas pelo licenciado, Duarte Nunes de Leão, p. 404.

⁷ Regim. de 17 de outubro de 1516. Coll. cit., p. 146. Carta de 3 de agosto de 1563. Coll. de D. N. de Leão, p. 623.

⁸ O quadro da casa da India era formado de 82 empregados, e a companhia local pelo menos de 60. O Juiz da India, alcaide e Moxa mactatava 4 escravos; 2 empregados; 1 promotor e 1 porteiro. A casa da Mina 9 funcionários. Os alcaides da India e Gulné 30 pessoas, a alfândega 47, e mais de 30 trabalhadores; logoas, as tres casas da casa do Haver do Peso, Marçaria e Herdade 34; a da casa da mactatava 23; a da alfândega nova e velha dos vinhos 15; a da casa do peixe 34; a das carnes 8; e a da fructa 22. Christovam Rodrigues de Oliveira, Sumario de algumas cousas d'um viajante, como seculares que há na cidade de Lisboa, Anno de 1551.

⁹ Rebelião da Silva, 1604, vol. iv, p. 542.

¹⁰ Eram immensas do imposto da portagem as pessoas ecclesiasticas de todos os mosteiros, os clérigos de várias ordens, e as benedictinas de ordem menores. Vide o Fôral do Porto § LVII. Igual disposição se encontra em todos os foraes.

¹¹ Ord. Manuel, liv. 5, tit. 58.

¹² Vide § 6.

¹³ Vide § 11.

¹⁴ Ord. Philipp., liv. 5, tit. 112, p. 1, e § 3, 2, 4 e 7. Podiam vender os Ord. Philipp., liv. 3, tit. 87 e liv. 5, tit. 115, que prohibem a sahida dos gados. A sahida das lã já fôra prohibida no reino de D. João III, mas sempre sobra da vigilância fiscal. Só em Évora se compravam todos os annos um dinheiro extrangeiro para cada de 1000 arrobas. Rebelião da Silva, 1604, vol. iv, p. 107.

¹⁵ Ord. Manuel, liv. 4, tit. 2. Regimento das casas de 6 de março de 1709 § 6. Coll. de D. N. Monteiro de Campos, vol. 2, p. 210. Era já a disposição de uma lei de D. Fernando de 1475.

¹⁶ Ord. Manuel, liv. 4, tit. 3, § 2.

¹⁷ Ord. Manuel, liv. 4, tit. 3, § 3.

¹⁸ Regim. de 17 de outubro de 1516.

¹⁹ Alvará de 22 de dezembro de 1604.

²⁰ Fôral da Alfândega de Lisboa de 1687, cap. LIII.

²¹ Cap. VI do Regim. do Paço da Madeira de 1 de setembro de 1684. Coll. de D. N. de Campos, p. 218. Coll. cit., p. 542.

²² Cap. II do Regim. da Casa dos Cinco de 15 de janeiro de 1620. Vide D. Raphael Blanes, Teoria alfândega.

²³ Cap. IX do Regim. da Casa dos Cinco.

²⁴ Fôral da Alfândega de Lisboa de 10 de outubro de 1587, cap. LXXXII. Fôral da Alfândega do Porto, cap. LXXXIX. De 10 de setembro de 11 de outubro de 1581 na coll. cit., p. 347 e o de pagar os 20 % de dixima, e tirada a dita dixima, de cada dez que fossem, os pagados sobre de siza; e quando não chegar o numero de que se possa tirar a dita siza e das dez cousas que assim fossem, então pagaria a dita dixima e siza da quantia em que os ditas pannos foram avaliados pelos ditos unicos officiaes.

²⁵ Regim. de 17 de outubro de 1516 § 1. Nas côrtes de Coimbra de 1580 D. João I obriga do para a siza (10 %²⁶ da venda) e nos de Braga do mesmo anno a siza dobrada. Em 1641, 1643 e 1649 as côrtes de Lisboa estabeleceram as decimas para as guerras da restauração. Vide Visconde de Santarém.

²⁶ Fôral da Alfândega de Lisboa, cap. LXXXI, LXXXII, LIII e seguintes.

²⁷ Fôral da Alfândega de Lisboa, cap. CXXI, CXXII, LII e seguintes. Carta de 3 de agosto de 1603 na Coll. de D. N. de Leão, p. 628.

cavada, centeio, milho, legumes, que entravam em Lisboa e no Porto com procedência de fora do reino; e do mesmo modo as carnes, queijos, manteigas, e bem assim as armas, pólvora, cavallos, ouro e prata em pasta, e em moeda, e os livros. Para favorecer a construção naval, era também immune dos direitos o taboado de costado de navios, que a cidade de Lisboa traziam os Ostralgos da Alemanha; e para animar a industria mineira não se pagava siza nem dizima dos metaes que se tiravam no reino.¹

Muitas são as leis fiscaes dos seculos xv e xvi, as que apontamos são sufficientes para conhecermos que direitos o fisco percebia do commercio externo. Essas leis repetem-se, não porque viessem trazer disposição nova, mas porque a má organização do pessoal dava uso a que os abusos se repetissem; e o rei julgava remedial-os, renovando leis que tinham cahido em desuso.²

¹ Carta de 3 de julho de 1516—Carta de 24 de agosto de 1522—Alvará de 2 de julho de 1516—Carta de 16 de janeiro de 1517—Alvará de 2 de dezembro de 1517. — Vide a *Coll. das Estrav. colligidas por D. N. de Lede*, p. 642 e seguintes, cap. LXXXII e LXXXIX dos livros das alfândegas de Lisboa e Porto. *Coll. de J. B. Monteiro da Campos*, vol. II, p. 157. — Regioe, de 18 de janeiro de 1516.

² Outras razões influíam também para que essas leis se repetissem, vindo os direitos sobre as mercaderias avaliadas previamente, com o correr dos tempos, era necessário renovar as paulas. Com as pautas reformadas resultavam-se os regimentos antigos, o que também acontecia, quando as guerras tinham fechada as portas, e era necessário abri-las na paz subsequente.



MONUMENTO A SOUSA MARTINS

Em todos prevalecem os direitos de dizima, siza, e algumas vezes de portagem, quando os mercadores, ainda que entrassem pelos portos de terra, vinham a Lisboa ou Porto. Se essas leis apenas copiam as antigas disposições, como ellas quasi sempre declararam, é certo, porém, que o seu fim visível é principalmente centralisar o serviço das alfândegas, e prover de modo que se evitem os descaminhos dos direitos reaes; é por isso grande a penalidade até contra as pequenas infrações, e na practica, grandes e vexatorias as cautelas do fisco. A idéa centralizadora dá lugar a que já nos fins do seculo xvii e principio do seculo xviii nos encontramos em Portugal um vasto e completo systema de alfândegas maritimas e dos portos secos, que não faremos mais que esboçar.

Nos fins do seculo xvii, as leis da fazenda dão noticia, em Lisboa, d'uma grande alfândega, onde se despachavam as mercadorias estrangeiras. Com um administrador, nove escriptães de mesa grande, diferentes officinas, taes como thesoureiros, fahores, escriptães de descargas, e sellador-mór³, era esta instituição dividida em diferentes secções onde se despachavam artigos particulares; taes eram o meste do sal, o paço da madeira, os portos secos, etc. Ao lado d'esta alfândega,

³ Que sellava as mercadorias que se vendiam em Lisboa, e quizes leguas em redondo. Vide o *Foral da Alfândega de Lisboa*.



ESTATUA DA ELOQUENCIA, NO MONUMENTO A SOUSA MARTINS



SOUSA MARTINS EXPLICANDO UMA LIÇÃO

PROJECTO DO MONUMENTO A SOUSA MARTINS, DO PROFESSOR SR. ALBERTO NUNES

2.º PREMIO NO CONCURSO PUBLICO



ALEX BRUNS

DIRECTOR DE «THE BERLITZ SCHOOLS OF LANGUAGES»
EM HESPAÑIA E PORTUGAL



HUBERT BRUNS

DIRECTOR DE «THE BERLITZ SCHOOL OF LANGUAGES»
EM LISBOA

onde se fiscalizava a entrada das mercadorias, que no porto de Lisboa vinham trocar-se pelos productos das colonias, levantava-se a *alfandega das sete casas*, onde se recebiam os direitos dos productos do paiz, trazidos a Lisboa para consumo dos seus habitantes. Com um administrador para fiscalisar os interesses da fazenda real, um inspector dos contadores, officiaes, thesoureiros, recebedores e escriptães, era esta alfandega dividida em diferentes secções separadas; tres eram a *mesa do vinho, do azeite, da carne, fructa, pescado, herdades, cavalgaduras e da portagem*, arrendadas ordinariamente a particulares, que as administravam com obrigação de dar contas ao administrador da fazenda, e com recurso para o concelho da fazenda, como tribunal superior.

O grande incremento do commercio das colonias, como já dissemos, cedo tinha feito sentir a utilidade de depositos, onde se vendessem as mercadorias do rei, e dos poucos privilegiados. As casas da India, Guiné, e Mina vieram satisfazer a esta necessidade. Creadas como simples depositos, em breve alargaram a sua esphera e tornaram-se verdadeiras alfandegas; porém nos fins do seculo xvu, decadente o commercio africano, ficaram reduzidas a uma unica alfandega com o nome de *casa da India*. O pessoal d'esta casa, identico ao das alfandegas já mencionadas, era numeroso; todavia, como ainda fosse grande o movimento dos negocios, foi necessario confiar o despacho dos couros e do assucar à alfandega grande de Lisboa, e o do tabaco a uma alfandega especial. Grande numero da productos colonias saiam para as diferentes nações da Europa nas mãos dos mercadores estrangeiros; foi por isso necessario completar a alfandega da casa da India com a *mesa do consulado geral da saída*, que tinha a seu cargo recobrar as declarações das mercadorias que saiam de Lisboa.

O Porto, cidade importante, onde já no seculo xiv fomentava população activa e intelligente, tem no seculo xviii uma vasta alfandega, que era a principal da provincia. Com um numero pessoal, dirigido por um superinten-

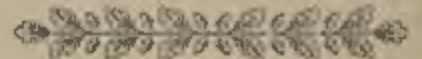
dente, desembargador da relação, pela sua pauta pagavam-se os mesmos direitos que na alfandega de Lisboa.

Em todas as provincias havia, ao longo da fronteira hespanhola, alfandegas, que segundo a sua

posição se chamavam (como ainda hoje) de portos seccos e molhados.

No Algarve havia uma alfandega de porto secco em Alcoutim, e de portos molhados, em Tavira, Lagos, Portimão, Villa Real de Sancto Antonio e Faro. No Alentejo só existiam alfandegas de portos seccos, tres eram as de Mertola, Serpa, Moura, Mourão, Terena, Elvas, Campo Maior, Arronches, Alegrete, Marvão, Castello de Vide e Monte Alvão. Na Extremadura existiam alfandegas de portos molhados em Setúbal e Peniche. Os portos molhados da Beira eram na Figueira, Buarcos e Aveiro; os portos seccos, em Penamacôr, Idanha a Nova, Sabugal, Almeida, Villar-Maior, Castello Branco e Villar Torpim. Os portos molhados do Minho eram no Porto, Espozende, Caminha, Vianna e Vila do Conde; os portos seccos, Barca, Outeiro, Monção e Valença. Eram de portos seccos as alfandegas da provincia de Traz-os-Montes, e já no seculo xviii eram em Miranda, Bragança, Vinhaes, Freixo de Espada à Cinta, Bemposta, Vimioso, Chaves, Monte Alegre e Villa Nova de Cerveira.

(Continúa) Conde de Valença.



AS NOSSAS GRAVURAS

PROJECTO PARA O MONUMENTO
A SOUSA MARTINS

Quando foi do concurso dos projectos para um monumento á memoria de Sousa Martins, esse illustre professor, tão querido de quantos o conheceram, esse apostolo fervoroso da lucta contra o terrivel flagello da tuberculose, appareceram alguns esboços e *maquettes*, que mereceram justos elogios dos membros da commissão nomeada para os apreciar. Os individuos que a compunham eram sem duvida dos mais abalizados para bem se desempenharem da melindrosa incumben-



MAESTRO ADOLPHO ADAM

bencia de escolher um projecto de monumento que alliasse ás necessárias condições de fácil execução as possíveis bellezas architectónicas e artisticas, que devem enriquecer uma obra destinada a perpetuar a memoria de um homem útil e sabio, no qual a admiração de varios amigos dedicados queria assim prestar, em sincero culto, a homenagem devida.

Mas se a garantia de boa escolha estava perfeitamente assegurada, como se provou pela justissima classificação dada aos diversos projectos, não lhe correspondiam as resoluções posteriores tomadas pelos interessados na erecção do monumento, que, saliendo por sobre a criteriosa escolha feita, preferiram exactamente um projecto dos menos felizes. E esta escolha obrigou a idonea commissão a resignar com a natural melindre o seu mandato, arrastando mais tarde ainda a deliberação escandalosa de demolir um monumento já erigido e até inaugurado com apparato e solemnidade, substituindo-o por outro, encomendado particularmente a um escultor de confiança.

As nossas estampas representam o projecto que foi classificado em segundo lugar por occasião do concurso. É seu auctor um dos nossos mais talentosos escultores, o sr. Antonio Alberto Nunes, o notavel artista que modelou a inspirada figura do genio da Independencia, que se admira na face sul do monumento aos restauradores de Portugal em 1 de dezembro de 1840, erguido á entrada da Avenida da Liberdade.

A estatua da Eloquencia, destinada a ornar o monumento a Sousa Martins, seria sem duvida uma obra digna do cizal do artista que esculpiu o Genio da Independencia. O grupo que representa o notavel professor explicando uma das lições da sua cadeira de pathologia e igualmente uma obra admiravel.

Entim, pois, convencidos de que se os admiradores de Sousa Martins, querendo substituir o monumento que tanto celexuma provocou, houvessem recorrido aos projectos já apreciados, deo o do sr. Alberto Nunes que escolheriam. Assim a indagação o seu proprio merecimento attestado pela classificação honrosa de segundo premio que lhe conferiu o conspicio jury.

MR. ALEX BRUNS E MR. HUBERT BRUNS

Com o titulo *The Berlitz School of Languages* achou de fundar-se em Lisboa uma escola para o ensino das linguas vivas pelo methodo Berlitz.

O methodo Berlitz era já seguido em Portugal, onde alguns dos mais conhecidos professores de ensino livre o usaram e conseguiram com o seu emprego obter resultados devaras lisonjeiros. A Escola Industrial Rodrigues Sampaio foi uma das primeiras a adoptar o, seguindo-se-lhe muitos collegios e estabelecimentos de instrucção não officiaes. Em Portugal o methodo para o ensino da lingua franceza conta já duas edições, sahidas da acreditada livreria Bertrand, d'esta cidade.

Tudo isto mostra que a superioridade do novo methodo está reconhecida. Todavia, para que o ensino se tornasse effectivo e plenamente satisfactorio, organisaram-se as *Berlitz Schools of Languages*, cujas 160 succursas na Europa e America estão debaixo da immediata inspecção do director M. D. Berlitz, auctor do methodo. Em Portugal são directores e proprietarios da escola MM. Bruns Fréres, cabendo a Mr. Alex Bruns a direcção das novas escolas em Hespanha e Portugal e a Mr. Hubert Bruns a direcção da *The Berlitz School of Languages* de Lisboa.

Os irmãos Bruns são polyglotas distinctos, tendo Mr. Alex já exercido o cargo de director das escolas de Berlitz em Bordeaux e Paris. Na Hespanha ha succursas em Barcelona, Bilbao, Valencia e Madrid, sendo director d'esta ultima D. Pablo Pedraza.

Referindo o estabelecimento da nova escola em Madrid, inseriu no n.º 11 do anno corrente *La Illustración española y americana* um interessante artigo, assignado pelo sr. Carlos Luis de Cuervo, o de que recortamos com a devida venia os seguintes periodos, que encerram esclarecimentos muito curiosos sobre o assumpto:

«Cada dia se sente mais a necessidade do conhecimento das linguas vivas; mas, ao mesmo tempo que se reconhece a importancia e a utilidade do seu estudo, lamenta-se a inefficacia dos methodos antigos, no vér com emargo desalentamento que, depois de longos e complicados estudos grammaticaes, o discipulo, que chega a traduzir alguma coisa á força de consultar o dictionario, não é capaz de se entender de viva voz com as pessoas que falam o idioma que tanto estudaram.»

«Quem é Berlitz?»

«Berlitz nasceu na Russia, com a proverbial aptidão que tem os russos para aprender linguas. Fez os seus estudos na Alemanha, e chegou a falar perfeitamente o russo, o allemão, o francez e o inglez; e buscando, como tantos outros, na America campo largo para os seus intentos, dirigiu-se ao estado de Rhode-Island e estabeleceu em Providence um instituto polygloto, que bem depressa contou crescido numero de discipulos.»

«Berlitz ensinava o francez; e como fosse necessario entregar a outro professor uma classe annexa, escreveu para Nova-York, e responderam-lhe que unicamente dispunham de duas pessoas aptas para aquelle ensino: um licenciado em letras, que exigia grandes honorarios, e outro que, embora tambem tivesse titulos academicos, não sabia uma palavra de inglez, e que na occasião desempenhava no Hotel Delmonico de Nova York as modestas funções de encarregado do ascensor.»

«Berlitz optou por este; mandou-o vir, e á sua chegada disse-lhe:

—Onde ensinou francez?

—Em Lyão; mas o francezes, porque não conheço outras palavras mais em inglez do que as que designam os quatro andares do ascensor...

«Em vista da difficuldade, Berlitz, que é homem de recursos, disse:

—Pois nós nos aranjaremos como pudermos. Aquel tem varios objectos que servem para dar aos rapazes lições de cousas. Vá o senhor dizendo aos discipulos em francez o nome de cada um d'ellas, depois a côr, o uso, e ao menos que aprendam assim algumas palavras.»

«O novo professor, Mr. Jolly, seguiu fielmente as instrucções de Berlitz durante algumas semanas, ao fim das quaes cahindo doente teve o director que o substituir na classe.»

«Então viu Berlitz com verdadeiro asombro que os alumnos, embora estivessem havia tão pouco tempo com um professor improvisado, sabiam mais que os seus, que tinham passado dois annos trabalhando nos canteiros da lingua da franceza com as antigas ferramentas da grammatica e do dictionario.»

«Isto foi para Berlitz uma revelação, e em seguida dedicou-se ao estudo scientifico e systemático do novo methodo, a cuja diffusão se tem consagrado desde então.»

«O methodo não pode ser mais simples.»

«Com o auxilio dos objectos reaes, que se tem á vista, e com o de um livro de estampas que se consulta em caso de necessidade, o professor, para quem é todo o trabalho, vai dizendo os nomes, que o alumno repete. Aprende assim directamente a ligar a idea ao termo, sem a interposição da sua propria lingua, que nunca se usa durante a classe. Depois dos nomes aprende as côres, os tamanhos, a quantidade e successivamente, passando sempre do simples ao complexo e do concreto ao abstracto, vai enriquecendo-se com um grande numero de vocabulos e formando orações, sem fazer mais do que repetir o que ouve e sem risco por isso mesmo de pronunciar mal o que lê, pois que até que o saiba dizer não o vê escripto.»

«Tem o methodo grande analogia com aquelle que a todos nós serviu para aprender a propria lingua; e dizemos analogia e não identidade, porque o de Berlitz tem sobre elle a vantagem de estar ordenado systematiza e logicamente, não sómente no respeitante á estrutura grammatical, como tambem na ordem ideologica das palavras, cousas que se não tem em conta ao ensinar a fallar uma criança. D'isto resulta a maior rapidez com que todos, crianças, moços e velhos, aprendem a lingua mais differente da sua.»

«É necessario ver praticamente a facilidade com que todo aquelle que tem constancia aprende, para comprehender a efficacia pratica e simples de um methodo que desde o primeiro dia acostuma o discipulo a pensar no idioma que estuda, sem auxilio da lingua materna, e desde o primeiro dia tambem entabola uma conversação com o professor por meio de perguntas e respostas dispostas e graduadas com grande logica e habilidade.»

«Para o convencimento d'isto se estabeleceram nas escolas Berlitz lições de ensaio gratuitas.»

Na escola de Lisboa, sita na rua do Alecrim, 20 A-1.º, tambem se ministram as lições de ensaio gratuitas.

A importante obra *O Dictionario das Seis Linguas*, que a empresa do Occidente está editando, mereceu a honra de ser recommendada aos seus discipulos pelos directores das *The Berlitz Schools of Languages* na península. Os dois illustrados polyglotas renderam aquella obra e ao seu editor os mais rasgados elogios, que pela qualidade dos individuos que os dispensaram são de muito valor e justo desvanecimento.

Registando, pois, o estabelecimento em Lisboa de uma tão util instituição de ensino, como está provado que o é a *The Berlitz School of Languages*, inserimos gostosamente os retratos dos dois distinctos estrangeiros que a dirigem.

O Real Theatro de S. Carlos de Lisboa

(Continuada do numero 211)

1887-1888

Os inimigos de Pacini opressaram-se em explorar este incidente, o que lhes era facilitado pela insistencia que, n'essa occasião, mostrava a empresa em amadurar as recitas de assignatura, ainda que muitas d'essas recitas fossem reduzidas a poucos actos e retalhos, de modo que achando assim apoio em parte dos assignantes, e no publico, para guerrear a empresa, tornaram-se campeões d'aquella prima donna.

Começou a pateada logo com os primeiros compassos da orchestra; tornou-se porem tempestade quando De Lerna se dispunha a começar a cantar a aria. Deram-lhe primeiro algumas palmas, e disseram-lhe que não cantasse. A dama choramingou e retirou-se, desencadeando-se em seguida uma estrondosa pateada á empresa, em que muitos espectadores tomaram parte, e o espectáculo interrompeu-se.

Depois de muito barulho, appareceu em scena o barytono Beltrami, dizendo que, por encommodo de saude da dama De Lerna, seria esta substituida por Biondelli na opera *Pagliacci*. O publico escolheu Beltrami com grande vozzeria e pateada, não deixando ouvir o que elle dizia. O mesmo acolhimento fez a um empregado da empresa, que veio anunciar aquella substituição, e a do 3.º acto do *Eruani* em lugar do da opera *Ugonotti*, declarando que os espectadores, que não quizessem aceitar a substituição, fossem receber o seu dinheiro. Poucos espectadores, porem, se aproveitaram d'essa concossão.

A procella continuou em seguida, cada vez mais violenta, durante este episodio quasi meia hora, terminando por ir á plateia o capitão Correia, o qual fez sair os principaes cabeças de motim, Ribeiro da Silva, Pedrosa de Lima, Oliveira etc., que logo obedeceram. Ainda houve, da parte de alguns espectadores, protesto de algazarra, que logo terminou, com a simples intervenção de um capitão policial!

Quando recommçou o espectáculo ainda houve alguma pateada; mas alguém tinha tido a engenhosa idea de, em lugar de começar pela aria da dama, que era um trecho isolado, tomar a executar-se o côro anterior com o *cheio* da orchestra, de modo que os poucos espectadores ainda dispostos a continuarem a patear, amoreceram perante o barulho coral e instrumental. A pateada cessou, e o espectáculo poudo prosseguir até final.

Os antigos campeões que, na plateia de S. Carlos, outrora, pugnaram pelas Sicard, Piétraliu, Stolte, Novello, Albani etc., se tinham melhor gozto, o mais pulso do que os actuaes agitadores, tambem encontravam mais apoio no publico contra a intervenção policial.

Como manifestação contra a empresa, os seus inimigos entenderam dever, não só tomar parte nos applausos a Armida Parisi, mas provocol-os e exageral-os, isto, pelo facto de não ter sido renovada a sua escriptura para a futura epocha theatral. Como o publico sympathisava muito com aquella cantora, não foi difficil dar grandes propoções aos applausos e ovações; é o que se produziu na noite da sua festa artistica, e no beneficio da Associação dos jornalistas de Lisboa.

Na ultima recita de assignatura, na noite de 21 de março de 1888, grande gala por ser anniversario natalicio do principe real D. Luiz, que então contava 11 annos, no fim do espectáculo, depois da retirada das Magestades, os inimigos de Pacini deram grande pateada á empresa; isto, porém, provocou uma reacção do publico, e mesmo de muitos assignantes, apesar d'estes não estarem satisfeitos com a desigualdade e irregularidade dos espectaculos no fim da epocha, e chamando o novo empresario José Pacini, fizeram-lhe uma prolongada ovação que cobriu a pateada.

Os inimigos de Pacini queriam, tambem como acto hostil, fazer uma ovação á dama Mathilde de Lerna, depois de a terem pateado! Mas José Pacini, não deixou cantar mais a desengracada espanhola, nem mesmo no fim da epocha, em um beneficio do hospital do Rego, promovido por uma commissão de senhoras, no que elle fez mu-

O Harry afastou-se.

Ficaram sózinhos os dois e a Marit parecia muito atrapalhada.

— Olha, Eyvind, toda a noite tive na algibeira umas guloseimas de natal para te dar, mas nunca tive ocasião.

E tirou da algibeira uma maçã, uma fatia de bolo e um frasquinho de licor das ilhas.

— Obrigado, disse-lhe elle, tirando-lhe aquillo tudo das mãos, que achou muito quentes.

E tirou a d'elle muito depressa.

— Muito dançaste esta noite!

— E tu, não quizesse dançar?

— Não.

— Porque, Eyvind?

Não respondeu.

— Porque me olhavas d'aquelle modo, quando estava sentado defronte de mim?

— Oh! Marit! Marit!

— Dize.

— Porque não queres que olhe para ti?

— Quero; mas quando não esteja tudo cheio de gente.

— Dançaste muito com o João Halten.

— Dançei.

— Dança bem.

— Achas?

— Sim. E não sei o que sentia... Mas não podia ver-te assim tão perto d'elle!

— Não te percebo, Eyvind.

— Nem eu me percebo a mim mesmo. Perdi talvez o juizo. Adeus, adeus, Marit!

Já se ia embora, quando ella o susteve.

— O que pensas não deves pensar-o. Enganas-te, Eyvind, digo-t'o eu.

— Não, não me engano, quando penso que já estás muito crescida.

Não era esta a resposta que Marit esperava; calou-se. Naquelle instante viram na escuridão a luz d'um cachimbo. Era Ole Nordstuen, que ouvia falar do baixo do alpendre.

— És tu, Marit? perguntou.

— Sou.

— E com quem estás conversando? dize lá por obsequio.

— Com o Eyvind.

— Com quem, Marit?

— Com o Eyvind Pladsen.

— Ah! sim o filho do lavrador! Ora faz favor de vir para casa.

segundo, multiplicando este numero pelo numero de segundos que correspondem aqulle intervalo, calcula-se a que distancia se acha a trovada.

A causa do estrondo pôde ser devida a varios motivos. A farsca atravessando instantaneamente o ar, esmaga as moléculas na sua passagem, produzindo um vacuo momentaneo, no qual se precipita o ar que o rodeia, produzindo o estrondo.



Fig. 13 — Para-raios

O raio é a descarga entre as nuvens e o solo, que se electriza por influencia. Quando a tensão é demasiada, o raio cae.

Este escolhe de preferencia os corpos bons conductores da electricidade, e entre elles, os mais altos. Por esse motivo, é perigoso em occasião de trovoadas, permanecer debaixo de arvores altas, sobretudo quando isoladas. É indispensavel tambem, dentro de casa, conservarem-se as pessoas distantes umas das outras, afastarem-se dos cantos, e não se approximarem de peças metallicas.

Os effeitos dos raios são variaveis. Muitas vezes fulminam os homens e animaes, outras, apenas os fere, produzindo contracções nervosas, fúnde e volatiliza os metaes, etc.

A queda do raio pôde assembrar individuos a uma certa distancia do lugar onde o raio cahiu. A este phenomeno, se denomina o *choque reflexo*, resultante da influencia que as nuvens exercem em todos os corpos, dentro da zona de sua actividade,

os quaes se correm de electricidade contraria á das nuvens. Se esta se descarrega sobre qualquer edificio, por exemplo, cessa logo a influencia sobre os individuos ou animaes e a passagem repentina ao estado neutro, determina um choque violento, ás vezes, mortal, sobre esses individuos ou animaes.

Para obstar os estragos dos raios, nos edificios, imaginou Franklin o para-raios, fundado no poder das pontas.

É uma haste de ferro redonda na base, diminuindo de espessura até á ponta (a qual pôde ser de platina, prata ou cobre) elevando-se acima da altura do edificio, e communicando com o solo por meio de um conductor metallico que desce ao longo do edificio até ao solo, o que se consegue dirigindo a sua extremidade para o fundo de um poço ou valhas cheias de carvão bem calcinado, cuja conductibilidade é excellente.

Passa uma nuvem que electriza por influencia todos os corpos e edificios em contacto, desenvolvendo a electricidade contraria. Nos edificios munidos de para raios, estes, pelo poder das pontas, expellam-na, tendendo a nuvem para o estado neutro, diminuindo assim, a tensão d'esta e, por conseguinte, a probabilidade da união das duas electricidades contrarias. Se, porém, a tensão da nuvem fór enorme, será o para raios que receberá a descarga, chovendo o raio, e protegendo o edificio, da fulminação.

A haste do para-raios protege um espaço circular de raio duplo no da altura d'esta, devendo ser esta altura não superior a dez metros. D'esta forma, facilmente poderemos saber de quantos para-raios necessita um edificio qualquer.

As trovoadas tem grande violencia entre os tropicos, sobretudo na região das calmarias; são acompanhadas de furacões terriveis que lançam, muitas vezes, os navios a varios metros acima dos pontos mais elevados que as aguas tem atingido. Em geral, tem lugar de dia, mas observam-se, tambem, n'essas regiões, trovoadas nocturnas. Ha paizes em que não troveja, como, por exemplo, no Perú. No Cairo são raras as trovoadas, emquanto que estas se manifestam quasi que diariamente na Jamaica, de novembro a abril.

Nas latitudes medias, as trovoadas são menos fortes e distribuidas igualmente pelas estações. São maximas no verão, e minimas no inverno. É o que succede em Lisboa, sobretudo em maio e junho, e setembro e outubro.

Nas latitudes elevadas, são rarasissimas. Scoresby, durante o percurso de suas viagens apenas ouviu o trovão, duas vezes, no paralelo de 65°; Thorsenssen, na Islandia, notou apenas um dia em que trovejasse, e Hans Ulich, mercador que habitou sempre em Hava-Sund perto do Cabo Norte apenas se recorda de um dia de trovada em 16 de julho de 1838.

Já na Suécia e Noruega, nas ilhas Shetland e Ferð, são pouco vulgares, e rebaixam, sobretudo, no inverno.

Outro phenomeno devido á electricidade atmospherica, são os fogos de Sant'Elmo, observados nos topos dos mastros das embarcações ou no alto das torres, apresentando-se como um penacho luminoso. São luzes inoffensivas, resultantes da descarga lenta, mas continua, de electricidade contraria, manifestando-se, em geral, nas noites de trovada, e annunciando effectivamente como se julga, o seu termo.

(Continúa.)

Antonio A. O. Machado.

METEOROLOGIA POPULAR

PARTE I

A meteorologia do globo terrestre

Parece demonstrado que ha nuvens de electricidade em todas as alturas. De L'Isle mediu uma trovada, em 1712, a 8000 metros acima de Paris, Chaffé, em 1751, observou outra a 3240 metros acima de Tobolsk.

A seguir ao relampago e com pouco intervalo, segue o trovão.

O trovão, ora parece uma detonação de varias armas de fogo, ora o rolar de um objecto peza-dissimo no solo.

O intervalo entre o relampago e trovão oscilla entre 0,5 a 72 segundos, consoante a sua distancia. Sabendo-se que o som percorre 340 metros por

O maior successo litterario da actualidade

O DICCIONARIO DAS SEIS LINGUAS

EM UM SÓ VOLUME

O Dicionario das Seis Linguas não é uma obra vulgar. Cabe a Portugal a honra de ter apresentado á Europa com um livro utilissimo a todas as classes.

Francez, Allemão, Inglez, Hespanhol, Italiano, e Portuguez

Edição da EMPRESA DO OCCIDENTE. — LISBOA

Premiada na Exposição Universal de Paris de 1900

40 RÉIS CADA FASCICULO



Assignatura para Portugal, Açores e Africa portugueza. — Séries de 20 fasciculos 840 réis. Séries de 40 fasciculos 1760 réis. Moeda forte. Estrangeiro, India e Brazil. — Séries de 20 fasciculos 950 réis. Séries de 40 fasciculos 17900 réis, moeda forte.

O preço será augmentado logo que a publicação termine. — Estão publicados 101 fasciculos

Assigna-se na Empresa do OCCIDENTE, Largo do Poço Novo, LISBOA, nas principaes livrarias e no deposito no Porto, Centro de publicações de Arnaldo Soares, Praça de D. Pedro.